

Artículo de investigación

Manoel Bomfim e os laboratórios de psicologia no Brasil: em busca de uma historiografia não-colonizada

Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa^{1*} y
Arthur Arruda Leal Ferreira¹

¹Instituto de Psicología, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

*Correspondencia: darosahugo@gmail.com

Recibido: 6 jun. 2021 | 1ra decisión: 30 ene. 2022 | Aceptado: 8 nov. 2022 | Publicado: 21 nov. 2022



Resumo

O trabalho tem como objetivo estimular uma reflexão sobre as narrativas descoloniais no campo da história da psicologia, buscando descrições locais singulares, distantes de modelos narrativos genéricos na compreensão dos desdobramentos deste saber. Mais especificamente, exploraremos o caso do laboratório de psicologia experimental instalado no Pedagogium sob orientação de Manoel Bomfim, no Rio de Janeiro, para cumprir o objetivo proposto. Para tal, além das ferramentas dos estudos de laboratório, é crucial entender a produção dos laboratórios a partir de redes locais, tal como indicado pela Teoria Ator-Rede e a Epistemologia política. A partir dessa dupla referência, propomos questões distintas da historiografia tradicional quanto ao surgimento dos laboratórios de psicologia: é crucial perguntar pelo levantamento de seus personagens, das suas funções e do seu perfil institucional. A discussão do presente artigo se centrará na inadequação da compreensão tradicional do tema, focando nas diferenças entre como narrativas coloniais e descoloniais concebem a relação entre o material de arquivo e matrizes de inteligibilidade, e nas consequências historiográficas e metodológicas dessa relação.

Palavras-chave: decolonialidade, história da psicologia, laboratórios, historiografia.

Manoel Bomfim y los laboratorios de psicología en Brasil: en busca de una historiografía no colonizada

Resumen: Este trabajo pretende reflexionar sobre las narrativas decoloniales en historia de la psicología, buscando descripciones locales únicas, alejadas de los modelos narrativos genéricos en la comprensión del despliegue de este conocimiento. Más específicamente, exploraremos el caso del laboratorio de psicología experimental instalado en el Pedagogium bajo la dirección de Manoel Bomfim, en Río de Janeiro. Para ello, además de las herramientas de los estudios de laboratorio, es fundamental comprender la producción de laboratorios desde las redes locales, como lo indica la Teoría del Actor-Red y la Epistemología Política. A partir de esta doble referencia, proponemos diferentes preguntas de la historiografía tradicional sobre el surgimiento de los laboratorios de psicología: es fundamental indagar sobre el relevamiento de sus personajes, sus funciones y su perfil institucional. La discusión se centrará en la insuficiencia de la comprensión tradicional del tema, en las diferencias entre cómo las narrativas coloniales y decoloniales conciben la relación entre el material de archivo y las matrices de inteligibilidad y en las consecuencias historiográficas y metodológicas de esta relación.

Palabras clave: decolonialidad, historia de la psicología, laboratorios, historiografía.

Manoel Bomfim and the psychology laboratories in Brazil: in search of a non-colonized historiography

Abstract: This paper reflects on decolonial narratives in the history of psychology, seeking singular and local descriptions detached from generic narrative models about how knowledge unfolds. To that end, we consider the case of the experimental psychology laboratory installed at the Pedagogium and headed by Manoel Bomfim in Rio de Janeiro. In addition to laboratory studies, it is crucial to understand the production of laboratories from local networks, as proposed by the Actor-Network Theory and Political Epistemology. Based on this, we raise different questions from traditional historiography regarding the emergence of psychology laboratories: it is crucial to ask about their characters, functions, and institutional profile. The discussion focuses on the inadequacy of the traditional understanding of the topic, the differences between how colonial and decolonial narratives conceive the relationship between archival material and intelligibility matrices, and the historiographical and methodological consequences of this relationship.

Keywords: decolonization, history of psychology, laboratories, historiography.

Aspectos destacados del trabajo

- O uso acrítico das narrativas dominantes na história da psicologia perpetua as narrativas colonizadoras.
- A descolonização das narrativas deve acontecer através de novas matrizes de inteligibilidade locais.
- A formulação de narrativas descoloniais é um ato político para introduzir perspectivas e novas versões no campo da história.

O artigo é um esforço para discutir, numa grade descolonial, algumas questões historiográficas relativas aos laboratórios de psicologia experimental no Brasil, no período em que tais instituições emergiram no país. Mais do que discutirmos a filiação a alguma linha específica do campo de estudos descoloniais, é importante situar a discussão no domínio da história da psicologia. Para tal, a discussão sobre o processo indigenização da história da psicologia, conduzida por autores como Brock (2006), Danziger (1994, 2018) e Pickren (2012), oferece referenciais importantes para este trabalho. Tais ferramentas mais amplas, em conexão com abordagens dos ditos Estudos de Laboratórios, além da Teoria Ator-Rede (Latour e Wooglar, 1979) e a Epistemologia Política (Despret, 1999 e 2004), auxiliarão no cumprimento do objetivo proposto. O caso analisado no artigo será o laboratório de psicologia experimental do Pedagogium, dirigido pelo médico sergipano Manoel Bomfim (1868-1932) no começo do século XX.

Danziger, em sua abordagem da história da psicologia destaca dois aspectos que tocam em questões descoloniais: 1) a raridade e singularidade dos conceitos psicológicos na comparação com outros grupos humanos distintos dos ocidentais modernos (Danziger, 2018, pp. 11-15); 2) o processo de indigenização, ou seja, de assimilação e alteração das perspectivas produzidas em espaços centrais de geração dos saberes e práticas psicológicas (Danziger, 1994, p. 477). Considerando as diversas versões com que nos constituímos, não há apenas a necessidade de considerarmos outras versões dos fenômenos humanos, concorrentes com as psicológicas, mas outras versões locais do surgimento do psicológico e seus dispositivos, como os laboratórios. Em outras palavras, é necessário igualmente indigenizar a história na produção de novas versões do psicológico em sua dispersão e distribuição em partes singulares do planeta. Com isso, evitaremos qualquer hipótese de recapitulação local de linhas universais de produção do saber psicológico, podendo em alternativa produzir uma história indigenizada aberta a possibilidades de comparação (comparação, no entanto, sem qualquer sentido evolutivo ou moral). A nossa hipótese é de que o surgimento dos saberes psicológicos não segue um roteiro necessário ou um *script* único, mas contingências históricas materializadas em condições locais singulares.

De modo bem específico, Danziger (1994, p. 477) nos alerta que esse processo de indigenização não ocorre apenas em países subalternos ou em processo de desenvolvimento: países centrais na produção dos saberes psi também têm singularidades a ser destacadas. Brock (2006) oferece um interessante exemplo de

indigenização de caráter dominante, presente nos manuais de história da psicologia norte-americanos, na forma auto-referida com que incluem ou excluem conteúdos: (1) “Se seu trabalho não teve um grande impacto na psicologia [norte]americana, não importando o quão influente ele tenha sido em outros lugares, ele não conta” (p. 3); (2) “Se seu trabalho teve um grande impacto na psicologia [norte]americana, mesmo sua influência tendo sido limitada ou não existente em outros lugares, ele é uma parte importante da história da psicologia” (p. 4) ; e (3) “Ásia, África, América Latina e Oceania não existem” (p. 4).

Essa indigenização dominante poderia ser entendida como colonizante por menosprezar outras narrativas e singularidades locais. Nas palavras de Brock (2006, p. 5) “Nós não sabemos nada sobre a história da psicologia nesses países e, portanto, assumimos que não há nada para saber, ou ao menos nada de qualquer significância”. Segundo Santos e Ferreira (2022), a expressão “não haver nada de qualquer significância” pode ser entendida de duas formas: “(1) no sentido de que as diferenças, apesar de possivelmente grandes, não trazem em si pontos de interesse para a narrativa dominante, podendo, portanto, ser desconsideradas; ou (2) no sentido de que as diferenças, sendo tão pequenas, podem ser desconsideradas sem que haja prejuízo para a narrativa”.

Neste aspecto, vemos que a indigenização produzida em história da psicologia, mais do que versões, têm produzido visões colonizantes com narrativas estabelecidas e desconsideração de outras versões singulares e locais. Tal aspecto é reforçado quando os próprios historiadores dos países subalternos acabam adotando, ao modo de uma hipótese de recapitulação acrítica, as narrativas centrais para produzir o entendimento dos fenômenos locais, apagando todas as formas de singularidade. Daí a proposta de Santos e Ferreira (2021) de contranarrativas que atentem para as diferenças locais em um esforço ativo de “desenvolver narrativas locais que atentem para as diferenças específicas de cada localidade, expondo e enfatizando a irreducibilidade destas às narrativas dominantes desenvolvidas alhures”. Como exemplo dessas contranarrativas destacamos o trabalho de Pickren (2012), que destaca as formas nas quais as práticas laboratoriais, desenvolvidas na Alemanha no final do século XIX, são indigenizadas na medida em que são importadas em cenários específicos; assim, o historiador ressalta como essas práticas foram assimiladas em países tão diversos como EUA e Índia apenas sob o custo de serem modificadas e, de algum modo, incorporadas nos mecanismos de resolução de problemas próprios às respectivas localidades.

Um dos textos seminais na demarcação das direções da história da psicologia é o clássico “ A História da Psicologia Experimental” de Boring (1950), cuja primeira edição se deu em 1929. Este livro reforça uma forte tendência da historiografia da psicologia em se atribuir à figura do laboratório como um demarcador histórico, apto a separar a fase científica deste saber da pré-científica. Ainda que Geuter (1983) destaque que, na literatura em língua alemã, autores como Ebbinghaus e Siebeck já em períodos anteriores destacavam essa função demarcatória, o texto de Boring marcará uma geração de historiadores da psicologia mundo afora. O'Donnell (1979), de maneira muito peculiar, destaca os vetores políticos do trabalho de Boring na valorização do trabalho de laboratório em contraposição ao da crescente psicologia aplicada em cenário norte-americano. Independentemente

das condições de surgimento desta linha historiográfica, uma questão tradicional dos historiadores por ela tocados tem sido a procura pelos primeiros laboratórios ou as primeiras práticas de psicologia experimental clássica, caracterizando uma *história Grand-Prix*, em que não parece haver suficiente atenção às características locais e modos de funcionamento dos laboratórios, como se houvesse uma história geral que se replica colonialmente da metrópole às mais diversas

partes do planeta. Esta abordagem também está presente na historiografia produzida na América Latina: por exemplo, já em alguns dos primeiros ensaios em história da psicologia no Brasil (Antunes, 2004) o laboratório é assumido como demarcador histórico que separa um passado pré-científico de um presente identificado à ciência. No entanto, pouco se pergunta pelas condições locais de funcionamento e se havia uma intenção de promover uma autonomia científica.

Em uma perspectiva diversa e mais atenta às condições locais, abordaremos um caso ainda hoje pouco explorado pela historiografia: o laboratório de psicologia experimental criado no Pedagogium e que esteve sob a direção de Manoel Bomfim em princípios do século XX. Qual foi a proposta do espaço ou que problemas buscava solucionar? Houve atividades de natureza didática e científica? Que indivíduos por ele circularam? O exame dessas questões, em parte abordado em trabalhos como o de Rosa (2016), aproxima-nos de uma linha de trabalhos já destacada por Gallegos (2018) referente a uma perspectiva histórica não global, vinculada a contextos locais, como os latino-americanos. Como destaca o autor, os primeiros laboratórios latino-americanos cumprem funções muito diversas dos laboratórios paradigmáticos da história da psicologia, como o de Wundt. No entanto, nosso objetivo não é comparar os processos de fundação de laboratórios, mas poder descrever o surgimento de um espaço de produção de uma prática em psicologia sem o enredo colonial que o vincule por recapitulação a uma função demarcadora em relação aos saberes não-científicos. Parafraseando um poeta do romantismo brasileiro, Gonçalves Dias: os laboratórios que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.

Na busca por uma narrativa indigenizada e local, essa discussão entra em conexão com os atuais estudos de laboratório, como parte do campo de Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (doravante CTS). Neste domínio, especialmente inspirados pela Teoria Ator-Rede (Latour e Wooglar, 1979) e pela Epistemologia Política (Despret, 1999 e 2004), é possível realizar uma descrição simétrica dos laboratórios, ou seja, atentando para os atores em conexão, sejam aqueles considerados os vencedores, sejam os vencidos, sejam os aspectos supostamente internos, sejam aqueles sociais ou externos. A conexão entre esse campo de estudos e a produção de uma história singular se dá pelo entendimento de que o que chamamos de universal não se produz por evidência e difusão, mas por estabilizações de produções locais a partir de condições materiais bem específicas (Latour, 1996). Dessa forma, toda história seria local e produzida por contingências e controvérsias específicas; a universalização viria como consequência de um longo e custoso trabalho de produção de conexões. Passemos a um exame dos atuais estudos de laboratório.

O estudo dos laboratórios de psicologia em perspectiva: Epistemologia Política e Teoria Ator-Rede

Alguns escritos que tentam fazer um balanço histórico da constituição do campo CTS destacam os estudos de laboratório como um dos constitutivos do campo (Lynch, 1993; Law, 2004). Especialmente os trabalhos de Knorr-Cetina (1981) e de Latour e Wooglar (1979), hoje considerados clássicos no campo, foram demarcadores dos atuais Estudos CTS, junto com o posicionamento da Escola de Edimburgo em prol de um Programa Forte em Sociologia da Ciência. Podemos dizer que a marca principal desses trabalhos e que, atualmente, delimita o campo CTS é o princípio de simetria, em que as formas com que são estudadas as ciências reconhecidas e as entendidas como duvidosas ou supostamente ultrapassadas são as mesmas, sem qualquer privilégio para o primeiro grupo ou qualquer entidade explicativa especial como racionalidade científica, evidência, revolução ou ciência normal. Dos trabalhos que iremos considerar, dois aspectos nos chamam a atenção: 1) a perspectiva de que os dispositivos laboratoriais não atuam como demarcadores a priori da cientificidade, mas, pelo contrário, são estabelecidos por meio de complexos processos de estabilização por meio da conexão entre diversos atores, componentes e processos; 2) a afirmação do aspecto local na composição contingente dos elementos que tornam um laboratório possível.

O trabalho de Latour e Wooglar (1979), um estudo etnográfico sobre as práticas laboratoriais, destaca-se por propor uma série de novos temas e perspectivas de análise como as modalidades enunciativas de formulações científicas, os modos de inscrição das provas empíricas e a produção de mundo a partir das operações realizadas nos laboratórios. Um acesso mais didático a muitas das conclusões desse livro pode ser encontrado em *After method* de Law (2004). Esses trabalhos destacam o aspecto controverso, incerto e oscilante dos diversos modos científicos em sua “processualidade”, antes de qualquer estabilização dos enunciados e de seus esforços de sustentação (processo chamado de fechamento de caixas-pretas). Outro aspecto importante é a multiplicação do número de atores e elementos neste processo: a comunidade científica, a representação pública, os interesses dos aliados (indústria farmacêutica, exército ou grupos de fomento à pesquisa), os modos de mobilização de mundo (ou modos de inscrição) e uma série de agentes não humanos (Latour, 1999). Daí a importância dos aspectos locais na produção de conhecimentos.

Contudo, em relação à história da psicologia, como podemos destacar trabalhos que tentam mapear os estudos de laboratórios nesse campo? Aqui a fonte básica serão os estudos da chamada Epistemologia Política (EP), contemplando trabalhos como os de Stengers (1989, 1992) e Despret (1999 e 2004). De forma mais direta, para elas, o conhecimento científico jamais se daria como purificação de dados, em que ao pesquisador caberia apenas a representação dos objetos a partir de sentenças bem construídas. Ele seria produzido como articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos. Enquanto articulação, o conhecimento científico não se distinguiria mais entre má e boa representação, mas entre má e boa articulação. No primeiro caso, temos uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de “docilidade”. No segundo, teríamos uma articulação na qual o testemunho

iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e das proposições do pesquisador e à colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Aqui teríamos uma relação de recalcitrância (ver Ferreira, 2012).

Esses pressupostos instruem a maneira como as autoras trabalham os estudos de laboratórios. Esses termos de análise estão presentes, por exemplo, em uma série de avaliações que Stengers faz das práticas psicanalíticas (considerada como um laboratório de produção de neuroses experimentais), enquanto um misto de recalcitrância e extorsão. Nesse sentido, a psicanálise pôde inventar um dispositivo de livre discurso para os sujeitos, distinto do psiquiátrico (Stengers, 1989), e mesmo criar uma espécie de laboratório na produção controlada de transferência (Stengers, 1992). Em outros momentos, no entanto, ela faria o movimento contrário: impermeabilizando-se ao risco, tanto na busca de uma fundamentação transcendental em torno do conceito de inconsciente (Stengers, 1989), quanto na expulsão para além de suas fronteiras do problema da influência (Stengers, 1992). Para a autora, a psicanálise somente voltaria a se submeter ao risco e à recalcitrância na reconsideração daquilo que ela expulsou na demarcação de suas fronteiras científicas: a hipnose e a influência (Stengers, 1992).

Despret, no entanto, faz uma análise mais apurada das práticas políticas do que denominamos de laboratórios psicológicos (1999 e 2004). Seja nos estudos sobre as versões laboratoriais dos estudos sobre emoções (Despret, 1999) e principalmente nos estudos sobre a inteligência do cavalo Hans (Despret, 2004), a autora nos oferece alternativas para reinterpretar o sentido político das práticas laboratoriais em psicologia. Nesse último trabalho, ela analisa a entrada de um personagem novo em relação aos dispositivos introspectivo-experimentais (baseados no treinamento dos sujeitos-observadores) presentes nos laboratórios de psicologia na virada para o século XX: o sujeito ingênuo. Esse personagem, que ao longo do século XX será considerado a garantia do método experimental, entra em cena diante da necessidade de introduzir nos laboratórios um colaborador que desconheça o que está sendo proposto como tema de estudo. Despret estuda minuciosamente como o psicólogo austríaco Oskar Pfungst, na primeira década do século XX, introduz o sujeito ingênuo, visando controlar qualquer influência que um agente humano conhecedor da resposta aos problemas propostos poderia ter nas respostas de Hans, por simples pistas indiretas ou respostas emocionais. Marginal, esse personagem vai ganhando contornos cada vez mais importantes nos estudos laboratoriais de abordagens como o Gestaltismo e o Behaviorismo, seja no primeiro caso pela crítica aos preconceitos adquiridos por treinamento, seja no segundo pelo próprio método introspectivo, considerado subjetivo e impreciso (ver Ferreira, 2012).

A ascensão do sujeito ingênuo parece, a princípio, o trunfo de uma psicologia mais objetiva e sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um referencial teórico sobre as reações autênticas de seus testemunhos. Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalcitrância nos testemunhos psicológicos, bastante rara, torna-se mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes colocados na posição de “ingênuos”. Aqui teríamos uma reversão com relação à maior parte dos manuais de história da psicologia experimental: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não seria um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo

atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas e limitadoras com relação a seus testemunhos.

Uma última questão nos resta no exame desta literatura sobre estudos de laboratório: sendo todas as nossas referências oriundas de países centrais na produção de conhecimento, o que elas podem acrescentar na descrição de um dispositivo local? Em primeiro lugar, um breve exame do estado da arte do campo busca apresentar mais um estilo de trabalho do que apresentar todas as ferramentas analíticas a serem trabalhadas neste artigo; as fontes documentais sobre o laboratório trarão questões próprias. No entanto, alguns temas como o princípio de simetria, o enfoque em práticas consequentes ao laboratório, o destaque de alguns aspectos micro-políticos e uma certa produção de mundo têm sido recorrentes em tais trabalhos. Em segundo lugar, a vantagem no uso dos estudos de laboratório, tal como apresentados aqui, é que se escapa inteiramente do discurso progressista e demarcatório, vertido em modelo central da história da psicologia; o que se busca são narrativas locais demarcadas a partir de categorias locais de produção. São estas que nos interessam.

O laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium*: muitas questões, poucas respostas e algumas reflexões

Apesar da função de fixar limites, ou de demarcar fronteiras, atribuída aos laboratórios, o início da psicologia científica no Brasil vem geralmente acompanhado de um conhecimento pouco aprofundado sobre as primeiras práticas de laboratório que por aqui se instalaram. Os motivos do problema variam: em primeiro lugar, ao que tudo indica, não muitos foram os laboratórios que existiram nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930). Os primeiros ensaios sobre a psicologia no Brasil, posteriormente reunidos em brochura por Mitsuko Antunes, mencionam vários laboratórios ou gabinetes de psicologia experimental, muitos dos quais foram criados após 1920 (Antunes, 2004; ver principalmente os ensaios de Annita Cabral e Lourenço Filho). Além disso, pouca foi a documentação até hoje encontrada para melhor elucidar as atividades desempenhadas nos primeiros laboratórios brasileiros de psicologia. Por outro lado, há atuais esforços de pesquisa que se debruçam sobre documentação produzida em manicômios e escolas, de modo que, muito em breve, a historiografia fará, como já vem mostrando, importantes avanços. Apesar disso, é possível, e a hipótese não deve ser desconsiderada, que documentos tenham sido descartados no curso dos anos ou, ainda, que alguns dos laboratórios sequer tenham produzido registros de suas atividades. Por exemplo, muito embora Carlos Monarcha (2007) e Rogério Centofanti (2006) tenham escrito sobre Clemente Quaglio, praticamente nada se sabe sobre o laboratório por ele instalado na cidade de Amparo em 1909. Ao mesmo tempo, Quaglio, em um pequeno livro em que se dedica a analisar o espiritismo, afirmou que “(...) o autor destas linhas foi o fundador do primeiro laboratório de psicologia no Brasil” (Quaglio, 1942, p. 45), comparando o seu papel no Brasil com aquele que Wundt representou para o mundo, o que nos possibilita observar também a função demarcadora do laboratório. Embora a afirmação seja discutível, permanece o fato de que um dos primeiros esforços nesse sentido permaneça sendo um mistério para a historiografia.

Independentemente dos motivos, um problema pode ser observado: a quantidade de menções a essas instituições brasileiras não está acompanhada de um trabalho descritivo de suas práticas. Como temos destacado, como tese central neste trabalho, os laboratórios foram monumentalizados por uma historiografia de marca colonial e seus significados na história da psicologia passaram a cumprir uma função de forte interesse, sem que suas atividades tenham sido suficientemente elucidadas. Quando se questiona: "O que se produzia nos laboratórios que estiveram sob a chefia de Manoel Bomfim, no Rio de Janeiro, ou de Clemente Quaglio, em Amparo?", uma resposta mais satisfatória está para ser escrita. Se certo significado dos laboratórios no processo de autonomização da psicologia parece ser assunto já esclarecido para alguns historiadores, por outro lado, o questionamento levantado provoca um embaraço, pois nos transporta, sem dúvida, a uma região de muitas interrogações.

O trabalho não pretende responder a esses problemas. Buscaremos, em um primeiro momento, analisar algumas questões relativas aos laboratórios de psicologia experimental para logo em seguida abordar o laboratório dirigido por Manoel Bomfim. Esse laboratório é um desafio para a historiografia, sobretudo pela pouca documentação até hoje encontrada, e um trabalho mais minucioso sobre suas atividades não apenas foge aos propósitos deste estudo como está além das nossas possibilidades. É pretensão tanto trabalhar alguns aspectos históricos quanto problemas historiográficos, com as evidências de que dispomos, e assim levantar reflexões em coerência com a proposta geral do artigo.

Para introduzir a discussão, uma questão: onde foram instalados os laboratórios brasileiros? É uma questão relevante, pois abordar o lugar significa também considerar a função do laboratório em determinado lugar, uma conexão difícil de evitar. No Brasil do começo do século XX, embora já houvesse faculdades de medicina e de direito, além de escolas politécnicas, os laboratórios de psicologia experimental surgiram principalmente nas dependências das escolas normais e dos hospitais psiquiátricos. O *Pedagogium*, embora funcionasse como um centro para impulsionar reformas na instrução pública, e não exatamente como uma escola, sua razão estava estreitamente vinculada ao ensino primário e secundário; portanto, o laboratório de psicologia ali instalado era uma ferramenta que refletia os esforços na promoção de melhorias na educação brasileira. Uma segunda questão que nos permitiria avançar seria esta: para que servia a experimentação psicológica, seja nas escolas ou nos hospitais psiquiátricos? Essa questão nos permite abordar outros problemas. É preciso considerar que as fronteiras entre as ciências do "psi" ainda estavam sem muita nitidez na virada de século XIX para o XX, mas, se é possível recorrer à divisão, no campo das práticas médicas cujo interesse eram as doenças mentais, seria possível propor que a psicologia se inseriu por três vias: como fundamento discursivo para compreender as manifestações tanto normais quanto patológicas da vida psíquica; como ferramenta para auxiliar no diagnóstico e no prognóstico, e, neste caso, os exames psicológicos realizados em laboratório mostram mais claramente esse papel; e no intercâmbio de métodos para a profilaxia e a cura das doenças mentais. É possível observar essa relação em teses e manuais, como os publicados por Henrique Roxo (Roxo, 1900, 1921). O exame psicológico, uma das expressões para designar a avaliação de escolares e pacientes, nas primeiras décadas do século XX, era uma prática complementar, feito um instrumento, para um diagnóstico médico.

Na educação, o laboratório teria função equivalente: caso o professor observasse a resistência de um aluno, diria Manoel Bomfim "às influencias educativas" (Bomfim, 1928, p. 360), o laboratório deveria auxiliar no exame da integridade mental da criança. E de que categorias estamos falando? Seguindo Manoel Bomfim (p. 355-358), havia os "anormais escolares", um espectro que incluía desde os casos considerados mais leves (os "débeis mentais") até os mais graves, como os "imbecis" e os "idiotas profundos". Realizado o exame e estabelecido o diagnóstico do anormal escolar, qual deveria ser o próximo passo? Basílio de Magalhães (1913) comenta:

Ora, de duas uma: - ou essa criança é literariamente educável, e, em tal caso, é mister que se lhe forneçam escolas especiais, onde fique entregue aos cuidados de professor idôneo, depois de examinada por facultativo, que também não a perderá de vista; ou essa criança é literariamente ineducável, porém capaz de receber, com proveito, tratamento convinhável ao seu estado, e, em tal hipótese, é preciso recolhê-la a estabelecimentos adequados, onde fique confiada aos desvelos de médicos especialistas (Magalhães, p. 47).

Como se vê, o laboratório seria, em tese, um mediador na decisão de um futuro para a criança: destinada a uma turma ou escola especial, ou então, para os casos mais graves, como o incapaz de uma vida escolar, seria recolhida a uma instituição especial (um asilo, por exemplo). Nesse último caso, estaria ela aos cuidados de um médico, uma vez tendo fracassado no processo adaptativo e, portanto, candidata a ser permanentemente, conforme um discurso comum, inútil a si mesmo, à família e à Pátria.

A ideia de transferir a criança para uma outra turma ou instituição contava com a possibilidade de seu retorno às turmas de origem, aquelas onde estariam os alunos considerados normais, isto é, percebidos como dotados de higidez física e psíquica. Nesse sentido, o papel do laboratório situava-se na esteira das transformações pedagógicas e das reformas defendidas na instrução pública. Era tempo do professor conhecer não apenas os conteúdos a serem ministrados, mas o próprio aluno. As informações sobre o escolar deveriam ser reunidas naquilo que Basílio de Magalhães chamou de "currículum physio-psychico do alumno" (p. 145), conhecido na educação paulista daquele momento como carteira biográfica escolar.

A carteira biográfica era um documento preenchido pelo professor ou técnico competente, após suas observações e o emprego de uma bateria de instrumentos, procedimentos necessários para o exame psicológico realizado em laboratório. Magalhães comenta sobre sua utilização tanto em Minas quanto em São Paulo. Neste, sabemos que as carteiras biográficas que foram utilizadas em escolas paulistas tiveram inspiração em modelos italianos. Um exemplo é a carteira de Ugo Pizzoli, médico italiano que, em 1914, foi convidado pelo governo de São Paulo para ministrar um curso de Cultura Pedagógica no Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo. É verdade que uma carteira já havia sido criada por Giuseppe Sergi anos antes, e que, quando Pizzoli esteve no Brasil, esse documento não era exatamente uma novidade entre os educadores paulistas. Apesar disso, de um modo geral, as carteiras mostram uma interessante relação histórica entre a psicologia paulista e a pedagogia italiana (Centofanti & Tomasini, 2014). A carteira biográfica escolar poderia ser, então, compreendida como um dispositivo atrelado a anseios que já se

mostravam presentes desde o século XIX, isto é, a uma aspiração em produzir um organismo sadio e apto para o trabalho, análise que nos parece amadurecida pela historiografia e que pode ser encontrada em trabalhos como o de Gondra (2000). Em suma, o conhecimento prévio dos aspectos físicos e psíquicos que se encontravam alterados era uma condição necessária para as ações médico-pedagógicas posteriores. Assim, não é de se estranhar que a psicologia experimental, no Brasil uma investigação sobre o indivíduo para fins práticos, tenha conquistado algum terreno nas escolas quando justamente seus métodos viriam a responder um interesse da instrução pública.

Os esforços para se desenvolver as modernas técnicas de psicologia experimental no Brasil foram alvo de comentários, alguns mais amplos, outros mais restritos a certos laboratórios ou a movimentos específicos. Em alguns dos que encontramos, o laboratório do Pedagogium é mencionado, mas as interrogações pernamecem. Por exemplo, em um breve esboço histórico sobre a pedologia nos diferentes países ao redor do globo, Claparède comenta o seguinte sobre o Brasil:

No Brasil, a pedologia é pouco representada. Em São Paulo, Quaglio, autor de um *Compêndio de Pedologia* (1911), trabalha por seu desenvolvimento, tendo criado na Capital uma Faculdade de Pedologia. O Sr. Medeiros e Albuquerque criou no Pedagogium do Rio de Janeiro, em 1897, um laboratório de psicologia experimental, e depois uma cátedra de antropologia pedagógica. Foi vivamente combatido; censuraram-no por essas 'inovações fantasistas' e de suas criações nada subsistiu (Claparède, 1940, p. 76, grifos no original).

Duas menções são aqui de maior interesse: o laboratório de psicologia experimental do Pedagogium ter sido criado, em 1897, a partir do esforço do jornalista e político Medeiros e Albuquerque, e a censura que ele sofreu em decorrência de tal esforço. Quanto à última, o episódio pode ser inserido em uma rede de tensões entre intelectuais e escritores, que já em fins do século XIX provocou intensas discussões nas esferas da filosofia, da educação e também da psicologia. O combate mencionado é um exemplo dessa tensão, possivelmente protagonizada por aqueles que viam como um ousado e extravagante empreendimento, exemplo de um terrível materialismo, a criação de um laboratório para analisar as faculdades da alma. No prefácio de sua autobiografia, Medeiros e Albuquerque comenta o seguinte sobre o assunto quando trata de suas iniciativas na Instrução Pública: “Em certos pontos não cheguei mesmo a ser compreendido. Assim, o Laboratório de Psicologia Pedagógica que fundei no Pedagogium em 1897, pareceu uma extravagância e foi logo após suprimido” (Medeiros e Albuquerque, 1933, p. XII). Aquele foi precisamente o ano em que ele assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, permanecendo até 1906.

É certo que querelas dessa natureza não se encerraram no século XIX, momento em que doutrinas como o materialismo, o evolucionismo e a filosofia positiva conquistaram algum espaço no país. Importante é lembrar a tensão relatada por Centofanti (1982) envolvendo o Instituto de Psicologia que havia sido fundado, em 1932, a partir da conversão do laboratório de psicologia experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, e Alceu Amoroso Lima, intelectual católico que lançou duras críticas ao Instituto. Assim, é em tal quadro de tensões que

poderíamos situar o comentário de Claparède, pois trata-se de uma configuração específica de debates, problemas e questões – os quais não se limitam ao aspecto meramente intelectual ou doutrinário – que se mostra um importante fator para um entendimento local e mais crítico da própria história dos laboratórios ou da psicologia experimental no Brasil.

Por outro lado, o ano de 1897 como fundação do laboratório do Pedagogium desperta atenção por criar certa inconsistência historiográfica. Apesar do depoimento de Medeiros e Albuquerque, do comentário de Claparède e a confirmação que se observa no artigo de Centofanti, alguns trabalhos mencionam o ano de 1906 como sendo a data de fundação desse laboratório de psicologia experimental (Antunes, 2012, p. 68; Pinheiral, 2011, p. 376). A leitura do Artigo 2 do Decreto n. 100, publicado na *Collecção de leis municipaes e vetos de 1898*, fornece-nos uma pista não apenas sobre a questão cronológica como também sobre a função do laboratório:

Incumbe-lhe organizar e manter o museu pedagógico, um laboratório de psicologia experimental, especialmente destinado às pesquisas pedagógicas, gabinetes para o estudo prático das sciencias físicas e naturais e exposições pedagógicas (Alvarenga Fonseca, 1898, p. 253).

Seguindo a leitura do Decreto, o Artigo 41 explica um pouco da organização institucional e pessoal em torno do laboratório:

O redactor da Revista Pedagógica terá a seu cargo a direcção do laboratório de psicologia, cuja instalação pode desde já ser encomendada pela Diretoria de Instrução, por conta das verbas - Material escolar - e - Expediente das escolas - do futuro exercício (p. 260).

O Decreto leva a crer que o laboratório foi idealizado e proposto ainda em fins do século XIX, mas como a instalação ainda seria encomendada sua inauguração só poderia ocorrer, efetivamente, algum tempo depois. Teria sido, então, em 1906? Para esta questão, explorar a imprensa poderia oferecer outras pistas e informações sobre o assunto.

As primeiras referências encontradas sobre o laboratório de psicologia experimental do Pedagogium datam de 1902 e 1903. Na verdade, um artigo de 1902 do *Correio da Manhã* se refere ao regulamento e aos decretos que tratam do Pedagogium, e o laboratório aparece na condição de projeto a ser executado (Instrução municipal, 1902, 25 de novembro, p. 2). Interessante notar que o autor do artigo expressa uma preocupação acerca da alta competência necessária para dirigir o laboratório de psicologia experimental; caso contrário, ele “se transformará em uma loja de feitiçaria ou oficina de malazartes”.

Por outro lado, um artigo datado de 1903 já sugere a presença concreta de um laboratório na instituição, comentando que o Pedagogium dispõe dos “recursos do laboratório de psicologia experimental” (O Dr. Barbosa Lima, 1903, 31 de dezembro, p. 2). Ainda que não seja possível concluir que sua inauguração tenha sido, de fato, em 1903, um texto de 1904 afirma ser Manoel Bomfim o diretor do laboratório de psicologia (Notas Bibliographicas, 1904, 13 de agosto, p. 3). Assim, poderíamos supor que o laboratório foi instalado entre 1898 e 1904, tendo sido este intervalo o

tempo necessário para a importação dos aparelhos e o treinamento necessário de Bomfim, na França, com Alfred Binet (Portugal, 2010).

Cumprir lembrar, a título de contextualização, que a proposta do laboratório de psicologia experimental no âmbito da educação estava alinhada às finalidades do próprio Pedagogium. Recorda Kuhlmann Jr. (2013), remetendo-se aos regulamentos da instituição, que o propósito do Pedagogium seria:

Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado (p. 37).

Sobre o laboratório em particular, ainda não está bem esclarecido o seu período de funcionamento. Em uma nota de rodapé do seu livro *Pensar e dizer*, Bomfim (1923, p. 27) comentou que ele funcionou por doze anos, mas nele manteve alguma atividade até pelo menos 1916. Seja como for, o que ele teria produzido? As atividades do laboratório do Pedagogium talvez sejam as mais cercadas de interrogações.

Em que pese a amplitude das funções concebidas em projeto, as poucas fontes encontradas sugerem que, ao menos, Bomfim lecionou no laboratório. A divulgação na imprensa de um curso de psicologia experimental por ele coordenado, em 1916, evidencia que o espaço do laboratório era utilizado para as aulas ministradas. Antes disso, não podemos afirmar exatamente quando e quais aulas ou cursos teria ministrado no laboratório ou fazendo uso do espaço. O livro que Bomfim publicou em 1904, intitulado *O facto psychico*, era para introduzir o seu curso de psicologia que lecionava na Escola Normal Rio de Janeiro (Bomfim, 1904), mas não saberíamos afirmar se já ali os alunos contavam com aulas práticas no recém montado laboratório. O médico Plínio Olinto, em seu ensaio *A psicologia experimental no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1944, comenta que, em 1911, um curso foi ensaiado no Pedagogium (Olinto, 2004, p. 26). Apesar disso, parece que os cursos começaram de modo mais consistente a partir de 1916, e é justamente nessa data que encontramos uma divulgação mais ampla das atividades de ensino ali realizadas.

O curso de 1916 foi gratuito e aberto ao público interessado. No programa divulgado por um artigo publicado no jornal *A Notícia* (Um curso..., 1916, 2 de maio, p. 1), seriam ensinados métodos de experimentação para investigações de natureza antropométrica, fisiológica e psicológica. Ali é mencionado o ergógrafo, conhecido aparelho para avaliar resistência e fadiga musculares, mas as temáticas das aulas sugerem que instrumentos como dinamômetro e estesiômetro também foram empregados nas aulas práticas. Assim, para cumprir a função de treinar os profissionais interessados nos novos métodos e técnicas da psicologia experimental, Bomfim ministrava conteúdos presentes nos principais manuais de psicologia fisiológica e experimental de sua época: tempo de reação, fadiga, memória, atenção, limiar de consciência, associação de ideias, etc.

O artigo comenta ainda que vários alunos da Faculdade de Medicina se inscreveram, uma evidência interessante de que não apenas os professores do ensino primário frequentaram o curso, mas também a classe médica. Especificamente sobre o magistério, o texto ressalta que os conhecimentos de

psicologia experimental poderiam ser de grande utilidade, uma vez que auxiliariam nas observações dos professores para os casos das crianças anormais. É preciso, aliás, dar a justa atenção a esses habitantes dos laboratórios – e não apenas dedicar o olhar aos especialistas que cultivaram certo saber ou desbravaram o caminho da ciência moderna –, uma vez que as crianças estavam presentes em treinamentos durante cursos de psicologia experimental, como também nas práticas de exame para o preenchimento de folhas biográficas, além de fotografias suas terem sido publicadas em trabalhos, como teses de medicina. Veja, por exemplo, a publicação da Escola Normal Secundária de São Paulo (1914) que contém fotografias de crianças durante atividades no laboratório daquela instituição. Ainda, a tese do aluno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio Luiz da Costa, sobre a assistência às crianças anormais, descreve métodos de exame psicológico e publica fotografias de crianças internadas no Hospício São João de Deus (Costa, 1924). Aliás, é forçoso sublinhar uma característica das fotografias publicadas na tese: todos os rostos são de crianças negras. Foram as crianças, então, personagens fundamentais quando da emergência dos métodos e das técnicas em psicologia experimental no Brasil.

A psicologia experimental, por oferecer métodos modernos de mensuração e classificação, auxiliaria na formação do professor e contribuiria, em última instância, à instrução pública. O curso de Bomfim poderia ser compreendido à luz das propostas de reforma na instrução pública muito discutidas entre os intelectuais de sua época e que receberam um interessante espaço na imprensa.

Além dos cursos, havia também investigações? *As Noções de psicologia*, publicação de 1917, poderia nos fornecer algumas pistas sobre possíveis resultados de pesquisa publicados. É verdade que o livro tinha por finalidade auxiliar no ensino da psicologia, sobretudo nas escolas normais, não se propondo, portanto, a ser um meio para divulgar pesquisas de laboratório. Afinal, era um manual, não um periódico. Os indícios são poucos, mas ao final da segunda edição Bomfim (1928) incluiu um apêndice composto por dois textos: "caracterização dos anormais escolares" e "análise da fadiga".

Se o primeiro é uma exposição mais teórica e visa trabalhar algumas categorias diagnósticas na compreensão da anormalidade infantil, o segundo aborda o exame psicológico na prática. Nesse último, Bomfim descreveu alguns experimentos para o exame da fadiga e a utilização de aparelhos como estesiômetro, ergógrafo e dinamômetro para este fim. Aparelhos que avaliam, respectivamente, limiar de consciência, fadiga e força muscular, temas presentes no programa do curso que vimos há pouco. O problema é que Bomfim não oferece indícios claros de que os experimentos descritos no capítulo são produto de pesquisas realizadas no laboratório. Por exemplo, ele divide o texto nos tópicos "verificações realizadas", "pesquisas nas escolas" e "resultados verificados". Embora em momento algum tenha mencionado a Escola Normal do Rio de Janeiro ou mesmo o Pedagogium, emprega passagens como "todavia, não foi possível estabelecer uma relação precisa(...)" ou ainda "os exercícios feitos especialmente com as pesquisas das classes(...)" (1928, p. 369), gerando dúvida sobre que crianças ou quais classes exatamente estava se referindo. Na descrição das pesquisas e seus resultados, é certo que Bomfim procurava um diálogo com os autores de sua época, como Binet

e Ebbinghaus; outras vezes, as anotações parecem indicar que os resultados foram produzidos a partir de suas próprias observações ou experimentos.

Além das *Noções*, o *Pensar e dizer* é interessante sobre esse assunto. Manoel Bomfim sugere ter realizado pesquisas e acumulado dados, mas que não organizou os resultados para publicá-los. Durante 12 anos – afirmou Bomfim –, “tive a minha disposição um laboratório de psicologia; nas pastas, ainda estão acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras...e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados, e de os publicar, porque nunca obtive uma elucidação satisfatória” (Bomfim, 1923, p. 27). Por outro lado, esse é um texto em que Bomfim lança críticas à aplicação dos métodos experimentais na Psicologia. Portugal (2010, p. 601) comenta que também é possível encontrar “críticas severas ao procedimento experimental em Psicologia” no texto *O método dos testes*, publicado por Bomfim em 1928.

Enfim, teria sido o laboratório de psicologia experimental do Pedagogium um centro de pesquisas também ou os mencionados dados de Bomfim eram produto de pesquisas autônomas e mais discretas ali realizadas? No que diz respeito ao ensino, os cursos eram esporádicos ou ministrados com alguma frequência? Esbarramos em uma limitação do presente trabalho, pois, com o que foi discutido até o momento, é difícil esboçar respostas. Outras fontes, no entanto, podem auxiliar a prosseguir na discussão.

Comentários acerca da psicologia experimental ou propriamente sobre o laboratório chefiado por Bomfim existiram. É interessante que eles, no final, acabam por levantar mais perguntas do que oferecer respostas para as questões que levantamos. Por exemplo, uma curta menção de Moncorvo Filho (1926) ao laboratório do Pedagogium pode ser encontrada na passagem “este laboratório realmente ali montado parece não ter jamais iniciado seus trabalhos, sem dúvida da maior utilidade” (p. 187). Quais trabalhos estaria se referindo? E, se Bomfim parece ter realizado, de alguma forma, pesquisas e coordenado cursos de psicologia experimental no laboratório, que trabalhos são esses que jamais foram iniciados?

Ampliando a questão e partindo para um comentário mais geral, Raimundo de Farias Brito (1912) escreveu um curto ensaio sobre a psicologia no Brasil em seu livro *A base física do espírito*. Nele, Farias Brito aborda o seguinte problema: a atmosfera intelectual brasileira, no seu entendimento, não estava preparada para as novas tendências da psicologia e nem o solo brasileiro era propício para fertilizar a semente dessa nova ciência. Referindo-se às novas tendências, mais precisamente a psicologia experimental, ele comenta muito diretamente que:

Em nosso país, infelizmente, não temos cousa alguma de que se possa aqui fazer menção. Se se perguntar: o que há, entre nós, sobre este relevantíssimo assunto que tanto tem despertado o interesse dos homens mais eminentes em todos os países cultos do mundo? - a resposta deverá ser esta: nada, absolutamente nada (p. 277).

O texto sugere a presença de obstáculos enfrentados por intelectuais que pretendiam germinar no Brasil as novas práticas em psicologia que estavam sendo desenvolvidas em outras regiões do mundo há algumas décadas. Se há um conjunto de tensões que despontam aqui e ali em torno da possibilidade de uma ciência

experimental da alma, em Farias Brito elas estão carregadas de certo contorno dramático:

E o que pretender ahi cultivá-la, arrisca-se a sofrer a decepção daquele que semeia na rocha bruta, sobre pedregulhos, onde a planta não pôde criar raízes, ou entre espinhos que a não deixarão crescer. O certo é que ninguém quis ainda reagir contra a nossa esmagadora esterilidade no que diz respeito ao estudo do espírito humano, isto é, no que diz respeito ao estudo de nossa própria natureza em sua significação mais profunda (p. 278).

O livro foi publicado no Rio de Janeiro em 1912, mesma cidade e quase uma década após a inauguração do laboratório do Pedagogium. Então, fica uma questão: se o laboratório chefiado por Bomfim realmente existiu e exerceu atividades no âmbito do ensino e da pesquisa, por que Farias Brito escreveu aquelas passagens de forma tão decisiva? De alguma forma, o discurso de Farias Brito nos recorda as dificuldades comentadas por Medeiros e Albuquerque, pois ambos estão tratando sobre obstáculos enfrentados para se erigir uma nova ciência.

Enfim, com o que se trabalhou até aqui, poderíamos levantar a hipótese, por certo provisória, de que as atividades do laboratório de psicologia experimental instalado no Pedagogium parecem ter sido discretas, possivelmente mais focadas no ensino, mas não produziram escola ou uma tradição de ensino ou investigativa, e seus efeitos foram muito sensíveis.

Isso não significa, entretanto, que pesquisas não existiram. Talvez uma tendência de muitos historiadores que se ocupam das ciências seja olhar para uma instituição científica e nela procurar o chefe de bata branca, seus discípulos, todos manipulando equipamentos e produzindo relatórios de pesquisa. No caso da psicologia, onde está o nosso Wundt ou o primeiro Instituto de Psicologia? A afirmação de Quaglio em seu livro de 1942, aqui já citada, leva-nos a refletir sobre o problema do pioneirismo como uma questão não apenas historiográfica, mas também histórica. Sem dúvida, no presente, a questão muito nos interessa e conduz a uma busca de nossas raízes institucionais e científicas. Não encontrar as respostas almejadas não significa que esforços de pesquisa não tenham sido realizados, mas que talvez elas devam ser procuradas em outros lugares, de acordo com condições mais específicas de produção. É preciso notar que talvez algo próximo dessa configuração tenha existido no laboratório de psicologia experimental do Pedagogium, pois, o médico Plínio Olinto, no texto já mencionado, comentou que foi assistente voluntário no laboratório e publicou um “ensaio sobre fadiga intelectual nos escolares” (Olinto, 2004, p. 26) que saiu na revista *Educação e Pediatria* em 1913. Ao que parece, sua parceria com o laboratório começou por volta de 1910, ano em que se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Apesar disso, em tom de avaliação geral das atividades da instituição, afirmou que o laboratório pouco produziu. Como não tivemos acesso ao ensaio que escreveu a partir do seu trabalho no laboratório como assistente, trouxemos um exemplo mais ilustrativo sobre a questão do lugar há pouco comentada.

Em 1917, a *Revista Escola Primária* publicou um artigo de autoria da professora Elvira Nizynska da Silva (1896-1964) intitulado “TESTS” sobre *typos de memória e capacidade de atenção*. Elvira integrou a turma do curso de psicologia experimental

realizado por Manoel Bomfim (provavelmente o que ocorreu em 1916), a partir do qual ela manifestou o seguinte desejo: “O curso de psicologia experimental que frequentei este ano no Pedagogium, trouxe-me o desejo de fazer algumas observações pessoais” (Nizynska, 1917, p. 198). O artigo é, em suma, uma sucinta descrição dos métodos empregados e dos resultados levantados em sua pesquisa sobre tipos de memória e capacidade de atenção em um grupo de escolares.

O trabalho de Elvira Nizynska nos possibilitaria pensar uma dimensão da pesquisa que não diz respeito às atividades da instituição em suas dependências, mas ao que ela proporcionou a terceiros, no caso, aos alunos. Elvira aprendeu métodos da psicologia experimental e, posteriormente, empregou-os no espaço da sala de aula, ou na instituição de ensino onde tinha vínculo, para investigar os assuntos de seu interesse. Em outras palavras, a pesquisa existiu como desdobramento das práticas em laboratório, ou seja, o curso foi uma condição que possibilitou o surgimento de pesquisas realizadas autonomamente. A dimensão da pesquisa autônoma parece constituir um campo que nos parece ainda pouco explorado e, evidentemente, Elvira não é uma exceção. Vale lembrar aqui do manual publicado anonimamente por uma professora em São Paulo, em 1925, onde estão organizados não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também, misturados a eles, afirmações extraídas a partir de suas observações e experiências pessoais, obtidas no contato diário com as crianças em sala de aula. Assim, tanto no caso de Elvira quanto no da professora desconhecida, embora haja diferenças, os esforços de investigação estão atrelados ao espaço escolar ou à sala de aula, havendo, no primeiro caso, uma inspiração direta no treinamento que ocorreu no laboratório do Pedagogium. Pensar os laboratórios brasileiros em conexão com outros espaços, bem como a circulação dos atores, é o que procuramos atentar, e pode ser uma direção investigativa que nos permita refletir sobre a produção de conhecimento em condições mais locais.

Isso não estava desconectado com outras realidades. Procurar especificidades ou condições locais não significa excluir o intercâmbio de experiências ou a circulação de práticas. É importante lembrar que os exames psicológicos, ou, de maneira mais geral, a aplicação dos métodos da psicologia experimental, não eram práticas limitadas aos laboratórios de psicologia. Um comentário de Claparède (1940) apresenta a questão:

Os processos empregados para recolher os fatos diferem conforme se estudem os pacientes individual ou coletivamente. A experiência individual faz-se em casa, no laboratório ou em uma dependência isolada da escola; a experiência coletiva pode ser efetuada na própria classe (p. 235).

Assim, deslocar a experiência do laboratório para outros espaços, como a sala de aula, permite pensar na possibilidade dos professores normalistas, principalmente das professoras, utilizarem os métodos de experimentação psicológica sem precisarmos buscar, nas fontes documentais, um laboratório que autorize o exercício dessas práticas. Esse deslocamento possibilita compreender a aplicação dos métodos experimentais fora dos limites do espaço que inicialmente a caracterizou. Essa mudança de perspectiva poderia, aliás, possibilitar um tipo de investigação em que se teria em foco não a instituição, mas a circularidade dos instrumentos e dos indivíduos, ou, pelo menos, a prática dos exames onde quer que eles ocorram.

Sobre essa questão, o livro de Basílio de Magalhães (1913) indica alguns exercícios a serem praticados em sala de aula, recorrendo a Alfred Binet como referência. Dois exemplos valem ser mencionados (p. 108-141): o primeiro seria o dinamômetro, aparelho cujo fim era registrar a força muscular, foi recomendado para servir de exercício em sala. Semanalmente, os alunos deveriam pressionar o aparelho para que o professor pudesse acompanhar os indicadores de força ao longo do tempo. Não apenas era pretensão o aumento do tônus muscular como também o treinamento da vontade, já que a aplicação coletiva favoreceria a emulação entre os alunos. Ao gerar competição, o que antes era uma obrigação se torna então um exercício agradável cujo fim era claramente de natureza médico-pedagógica. Nesse caso, o dinamômetro não era apenas parte de um exame, mas adquire função na própria educação do corpo e da vontade. O segundo exemplo é o exercício da estátua. O professor pede aos alunos que se mantenham firmes em posição de estátua, por algum tempo, para conterem seus movimentos tanto quanto for possível. O objetivo é este: cultivar o autocontrole frente aos estímulos variados do ambiente. Para se tornar senhor de si, é preciso controlar os próprios afetos, uma transformação que, na verdade, deveria se concretizar ao longo do processo de educação.

Com exceção de exercícios como o da estátua, que não exigem nada além de um comando para a sua execução, outros como o do dinamômetro esbarravam em uma questão muito concreta: os aparelhos de fisiologia e psicologia experimental eram caros. O próprio Claparède (1940, p. 263-265) atenta para o alto custo dos aparelhos e de sua manutenção, ainda que, evidentemente, eles sejam necessários para as investigações. Assim, opções mais acessíveis para o emprego dos métodos nas escolas era uma questão importante. Instrumentos como caixas de peso e estesiômetros, além de provas que se utilizavam de cartões confeccionados com lápis e papel, poderiam ser improvisados sem maiores dificuldades. Os últimos compunham um conjunto de métodos que ficou conhecido como “tests”, cuja característica de maior valor prático talvez tenha sido, além do menor custo, a possibilidade de aplicação em grupos maiores. Sobre a ideia de “test”, a definição de Henri Piéron é bastante clara sobre os diferentes tipos de testes, entre os quais os de lápis e papel são um entre tantos outros (Piéron, 1966, p. 453).

É aqui que podemos retomar o caso de Elvira Nizynska. A professora frequentou o curso de psicologia experimental, recebeu treinamento por meio de exercícios práticos de laboratório e, a partir disso, realizou uma pesquisa com escolares fazendo o uso de “tests” para investigar atenção e memória. Em um deles, ela leu para os seus alunos um conjunto de palavras de 2 e 3 sílabas e solicitou que eles escrevessem, posteriormente, conforme tinham assimilado. Aqui o seu objetivo era investigar tipos de memória nos escolares. Para verificar a atenção, ela também trabalhou com sílabas, mas solicitou aos alunos que assinalassem letras específicas das sílabas conforme o seu comando. Vê-se que Elvira empregou exercícios simples de serem realizados com os alunos, um formato de teste que necessitava apenas de lápis e papel. Em contraste, Plínio Olinto investigou fadiga mental e, como de praxe nesse tipo de pesquisa, aparelhos para o exame da força e da fadiga muscular eram necessários, como o dinamômetro e o ergógrafo de Mosso, fartamente utilizados nos laboratórios de psicologia desde as últimas décadas do século XIX. Ela, na condição de professora do ensino primário, trabalhando em sala de aula e em

contato direto com os alunos; ele, como médico e assistente de um laboratório de psicologia experimental; um e outro circularam por um laboratório que oferecia cursos cujo programa incluía, no conjunto das matérias, tanto os estudos de fadiga quanto os de atenção e de memória; todavia cada um lançou mão das condições materiais disponíveis para a realização de seus interesses de pesquisa.

Para finalizar, gostaríamos de sublinhar alguns pontos acerca do laboratório de psicologia experimental do Pedagogium que nos parecem relevantes: em primeiro lugar, tendo sido concebido e organizado entre 1898 e 1903, produto dos esforços de um jornalista e político (Medeiros e Albuquerque) e de um médico e professor (Manoel Bomfim), o laboratório manteve discretas e irregulares atividades no curso de sua existência que durou até aproximadamente 1919, quando da extinção do Pedagogium.

Em segundo lugar, a partir daí, muito provavelmente o acervo de instrumentos migrou para a Escola Normal do Rio de Janeiro, onde Bomfim era professor e lecionou psicologia por longos anos. A continuidade dos cursos já na escola é relatada por Plínio Olinto que afirmou: "(...) começava, com Manoel Bomfim, uma série de cursos de Psicologia Experimental na escola normal, que duraram até 1930" (Olinto, 2004, p. 26). O ano de 1930, entre outros fatores, poderia ter relação com o fato de que estava muito próximo do ano de falecimento de Manoel Bomfim, que viria a ocorrer em abril de 1932.

Um terceiro ponto que gostaríamos de sublinhar é sobre os comentários de Moncorvo Filho, Farias Brito, Medeiros e Albuquerque e do próprio Plínio Olinto acerca ou do laboratório do Pedagogium ou de um cenário mais geral da psicologia no Brasil. Em que pesem possíveis limitações no conhecimento de cada um sobre o que se produzia ao redor do país, os depoimentos levam a crer que o desenvolvimento da psicologia experimental, até aquela segunda década do século XX, parece ter sido bastante modesto. Sobre isso, ao menos parte do motivo foi um cenário não muito favorável ao cultivo dos métodos e das técnicas em psicologia experimental, pois a construção de um laboratório de uma ciência da alma poderia não soar bem aos ouvidos de alguns setores dos que se ocupam das letras. Nesse caso, trata-se menos de uma questão material, concretamente de dotação orçamentária, do que de um conjunto de representações ou de certa mentalidade compartilhada. Uma imagem icônica sobre essa questão é o título de uma notícia publicada na imprensa na época da inauguração do Instituto de Psicologia, em 1932, a partir da conversão do laboratório de psicologia experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro: "Levantando as cortinas da sciencia experimental da alma" (1932, 12 de maio, p. 3). No caso do laboratório coordenado por Bomfim, por exemplo, poderíamos perguntar quais foram as discussões que ocorreram a partir da iniciativa de Medeiros e Albuquerque ou os possíveis imbróglis até a efetiva organização do laboratório. Assim, uma investigação das tensões no seio dos escritores, professores, políticos, administradores e intelectuais de um modo geral, revelando diferentes entendimentos acerca das ciências, da concepção de humano e de vida, poderia ser uma contribuição interessante para refletirmos sobre condições ou configurações locais na emergência dos laboratórios de psicologia experimental no Brasil.

Uma última questão a ser observada é a conexão dos laboratórios com outros espaços e a mistura de personagens. Um laboratório é, sem dúvida, uma instituição dotada de um espaço, situado em uma instituição maior (um manicômio, uma escola ou uma universidade), que possui regras próprias, práticas específicas, pessoal qualificado etc. Há uma unidade e razão de existência, que o difere de outros laboratórios ou outras instituições. Por outro lado, existe uma complexa dinâmica que se expressa no trânsito e na mistura entre personagens, cada qual agindo segundo seus interesses e nas condições materiais possíveis, além das relações e influências que se estabelecem entre instituições. Não se trata de purificar o laboratório, buscando ideais alhures para forjar uma nobre identidade ou, no melhor dos casos, para misturá-las às necessidades locais. Trata-se de procurar movimento e buscar em sua configuração um arranjo específico no tempo e no espaço. Pois da mesma maneira que crianças e professores estavam no laboratório do Pedagogium, esses mesmos personagens estavam nas escolas, cada um em interação para a realização de certas práticas de registro, de exercícios de mensuração e de classificação. Rastrear um pouco desse movimento, a partir de um caso desafiador, para estimular um debate de natureza historiográfica, foi a nossa intenção com o presente estudo. Toda esta complexa composição faz deste laboratório (e de outros que despontam no mesmo período) uma rede composta de distintos atores dotados de diferentes agências, que compõem um complexo sistema circulatório com distintos vetores políticos, cujo enredo é bem mais amplo e variado do que a moral de uma historiografia colonial que apenas enxerga nestes dispositivos a sina de separar um passado pré-científico de um presente/futuro gloriosos demarcados pela vontade de fazer ciência.

Conclusão: As diversas cores historiográficas

Como propusemos na introdução, o estudo de caso que nos dedicamos a investigar, embora com suas limitações, suscita um espaço para reflexão sobre a historiografia, e os modos de produzi-la, dos laboratórios de psicologia no Brasil. Procuramos discutir, a partir do caso do laboratório do Pedagogium, questões historiográficas relativas aos laboratórios de psicologia que despontaram no Brasil no período que convencionalmente chamamos de Primeira República, apresentando algumas evidências e buscando discuti-las à luz de alguns problemas.

Uma descrição singular das distintas configurações dos primeiros laboratórios no Brasil poderia ser um caminho historiográfico interessante: mais do que a contabilidade na primazia do surgimento, interessa entender as redes de relação entre os mais diversos atores. É certo que houve uma circulação de instrumentos, de conceitos, de especialidades e literaturas, entre as distintas regiões do planeta. Mas como destaca Gallegos (2018), existe uma singularidade nos modos de formação dos laboratórios em territórios latino-americanos: esses não são tributários das linhagens colonizadoras dos laboratórios wundtianos, investidos em fazer uma descrição pormenorizada dos componentes da experiência imediata nas fronteiras com a fisiologia sensorial. Nossos laboratórios operaram nas fronteiras da normalidade e da anormalidade em escolas e manicômios, produzindo descrições, exames e gerando documentos (como as carteiras biográficas) que permitem ordenar de forma correta os indivíduos que circulam nesses espaços. Se esses laboratórios podem romper com a colonialidade de uma linhagem daqueles

outros espaços de produção de conhecimento psicológico distanciados das aplicações práticas, aptos a formar psicólogos como cientistas, eles, por outro lado, colonizam uma série de experiências pedagógicas e cotidianas de crianças, mulheres e homens sob o signo da normalidade, e são colonizados por uma narrativa histórica que reconhece nos laboratórios apenas uma fonte demarcadora de cientificidade. Talvez tenhamos aqui uma colonialidade mais complexa, carente de novas historiografias e que sem dúvida lança questões quanto à colonização das narrativas e quanto à separação entre tipos historiográficos, como a história gloriosa das narrativas laboratoriais e a história cinzenta das narrativas institucionais de escolas e manicômios. Como encontrar um modo específico de historiografia que dê conta dos laboratórios brasileiros de psicologia experimental entre o brilho dos instrumentos de bronze e a palidez de todos aqueles que circularam nas instituições normalizantes?

Referencias

- Alvarenga Fonseca (1899). *Collecção de leis municipaes e vetos de 1898*. Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp.
- Antunes, M. A. M. (2004). *História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios*. EdUERJ.
- Antunes, M. A. M. (2012). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (5ta ed.). Educ.
- Bomfim, M. (1904). *O facto psychico. Objecto da psychologia*. Laemmert & C.
- Bomfim, M. (1923). *Pensar e dizer. Estudo do symbolo no pensamento e na linguagem*. Casa Electros.
- Bomfim, M. (1928). *Noções de psychologia* (4ta ed.). Livraria Francisco Alves.
- Boring, E. G. (1950). *A History of experimental psychology*. Appleton–Century–Crofts.
- Brock, A. (2006). Introduction. En A. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 1-15). New York University Press.
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 3(1), 2-50.
- Centofanti, R. (2006). Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. *Psicologia da Educação*, 22, 31-52.
- Centofanti, R. y Tomasini, M. B. (2014). *O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo; 1914-2014*. Rogério Centofanti.
- Claparède, E. (1940). *Psicologia da criança e pedagogia experimental: introdução, histórico, problemas, métodos, desenvolvimento mental* (2da ed.). Livraria Francisco Alves.
- Costa, A. L. (1924). *Assistencia as creanças anormaes (sob o ponto de vista psychico)*. These apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Livraria e Typ. do Commercio.
- Danziger, K. (1994). Does the history of psychology have a future? *Theory & Psychology*, 4(4), 467-484.
- Danziger, K. (2018). *Nombrar la mente*. Facultad de Psicología de la UNC.
- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent. Etnopsychologie de l'authenticité*. Synthélabo.
- Despret, V. (2004). *Le cheval qui savait compter*. Les Empecheurs de Penser en Ronde.
- Escola Normal Secundária de São Paulo (1914). *O laboratório de pedagogia experimental*. Typ. Siqueira, Nagel & Comp.
- Farias Brito, R. (1912). *A base physica do espirito: historia summaria do problema da mentalidade como preparação para o estudo da philosophia do espirito*. Livraria Francisco Alves.

- Ferreira, A. A. L. (2012). Jamás hemos sido ingenuos (O dócil sí, pero ingenuo jamás): un estudio sobre la constitución del sujeto ingenuo en los laboratorios psicológicos. En F. T. Serrano y D. L. Gómez (Eds.), *Teoría del Actor-Red: más allá de los estudios de ciencia y tecnología* (pp. 283-300). Amentia Editorial.
- Gallegos, M. (2018). *La institucionalización del saber psicológico en América Latina (1900-1940): un estudio comparado de sus condiciones intra y extra disciplinarias* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Geuter, U. (1983). The uses of history for the shaping of a field. Em Graham L., Lepenies, W. e Weingart, P. (Eds.), *Functions and uses of disciplinary histories* (pp. 191-228). Reidl Publishing Company.
- Gondra, J. G. (2000). A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, 26(1), 99-117.
- Instrução municipal (1902, 25 de novembro). *Correio da Manhã*, 2.
- Knorr-Cetina, K. D. (1981). *The manufacture of knowledge. An essay on the constructivist and contextual nature of science*. Pergamon Press.
- Kuhlmann Jr., M. (2013). O Pedagogium: sua criação e finalidades. Em A. C. V. Mignot (Org.), *Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana* (pp. 25-42). FAPERJ.
- Latour, B. (1996). Pasteur e Pouchet: Heterogênese da história das ciências. Em M. Serres (Ed.), *Elementos para uma história das ciências* (pp. 49-76). Terramar.
- Latour, B. (1999). *Pandora's hope. Essays on the reality of science studies*. Harvard University Press.
- Latour, B. y Wooglar, S. (1979). *Laboratory life*. Princeton University Press.
- Law, J. (2004). *After method*. Routledge.
- Levantando as cortinas da sciencia experimental da alma (1932, 12 de maio). *Correio da Manhã*, 3.
- Lynch, M. (1993). *Scientific practice and ordinary action: Ethnomethodology and social studies of science*. Cambridge University Press.
- Magalhães, B. (1913). *Tratamento e educação das creanças anormaes de intelligencia*. Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C.
- Medeiros e Albuquerque, J. J. C. C. (1933). *Minha vida. Da infância à mocidade* (2da ed.). Calvino Filho.
- Monarcha, C. (2007). Sobre Clemente Quaglio (1872-1948): notas de pesquisa Patrono da Cadeira nº 31 "Clemente Quaglio". *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 27(2), 25-34.
- Moncorvo Filho, C. A. (1926). *Historico da protecção á infancia no Brasil 1500-1922* (2da ed.). Empreza Graphica Editora Paulo, Pongetti & Cia.
- Nizynska, E. (1917). "TESTS" sobre typos de memória e capacidade de atenção. *Revista Escola Primária*.
- Notas bibliographicas. (1904, 13 de agosto). *O Paiz*, 3.

- O'Donnell, J. M. (1979). The crisis of experimentalism in the 1920s: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, 34, 289-295.
- O Dr. Barbosa Lima. (1903, 31 de dezembro). *A Notícia*, 2.
- Olinto, P. (2012). A psicologia experimental no Brasil. Em M. A. M. Antunes (Org.), *História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios* (pp. 25-31). EdUERJ.
- Pickren, W. E. (2012). Water of March (Águas de Março): circulating knowledge, transforming psychological science and practice. Em E. Lourenço, R. M. De Assis y R. H. de F. Campos. *História da psicologia e contexto sociocultural – pesquisas contemporâneas, novas abordagens* (pp. 17-46). Editora PUC Minas.
- Pièron, H. (1966). *Dicionário de psicologia*. Editora Globo.
- Pinheiral, R. (2011). Pedagogium. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil* (pp. 375-376). Imago.
- Portugal, F. T. (2010). Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 596-612.
- Quaglio, C. (1942). *O espiritismo não é ciência. Solução do magno problema dos espíritos*. Centro Brasileiro de Alta Cultura Filosófica.
- Rosa, H. L. R. S. da. (2016). *Psicologia experimental e educação no Brasil: do despontar dos discursos científicos aos laboratórios e práticas de exame psicológico nas escolas brasileiras* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Roxo, H. (1900). *Duração dos actos psychicos elementares nos alienados*. These apresentada a Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro. Companhia Typographica do Brazil.
- Roxo, H. (1921). *Manual de psiquiatria*. Livraria Francisco Alves.
- Santos, M. V. A. G. y Ferreira, A. A. L. (2022). *A importância das narrativas descoloniais: o caso da psicologia do trabalho no Rio de Janeiro* [Manuscrito não publicado].
- Stengers, I. (1989). *Quem tem medo da ciência?* Siciliano.
- Stengers, I. (1992). *La volonté de faire science*. Les Empêcheurs de Penser em Ronde.
- Um curso de psychologia experimental. (1916, 02 de maio). *A Notícia*, 2.